



É o próprio Relatório de Execução do ProDeR – relativo a 2010 – que considera que os planos de acção estão muito aquém das metas. No final de 2010, o montante total dos pagamentos efectuados no ProDeR era de 1.201.252 mil euros de despesa pública e 1.003.549 mil euros de comparticipação FEADER, o que significa, em termos globais, uma taxa de execução de 28 por cento.



Outro dos problemas do programa é, para Eugénio Sequeira - da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) – o facto de se centrar apenas na produção, em vez de fomentar a realização de uma gestão sustentável. A título de exemplo, no ítem relacionado com o ordenamento e recuperação de povoamentos, no ano passado foram contratados 119 Planos de Acção, num total de 6.953 mil euros de despesa pública, com 5.534 mil euros de comparticipação FEADER. Mas a taxa de contratação foi apenas de cerca de sete por cento.

«A reflorestação foi mal feita e com espécies que não interessam», defende o responsável, sublinhando que por detrás do ProDeR deveria existir uma política de fundo e a longo prazo – bem mais longo que os cinco anos de acção governativa - , ao mesmo tempo que deveria investir-se em investigação e massa crítica, «que não existe actualmente em Portugal».

Também Pedro Serra Ramos, presidente da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA), sublinha que a floresta está a atravessar um período muito difícil ao nível da sustentabilidade, devido ao grande consumo de madeira e ao aumento dos fogos e pragas: «A reflorestação praticamente não existe há vários anos», nota.

FFP também não convence

As opções que têm vindo a ser tomadas – no que toca à gestão do Fundo Florestal Permanente (FFP) – também têm gerado alguma celeuma, nomeadamente este ano, depois do anunciado corte das verbas no dispositivo de combate a incêndios e da alocação – a título excepcional – de uma verba do FFP de dois milhões de euros para este mesmo fim.

Pedro Serra Ramos defende a necessidade de canalizar os cerca de 30 milhões de euros anuais do FFP para a floresta em si, já que o fundo «investe em tudo menos na floresta». O responsável acrescenta: «Somos dos poucos países que tem a sorte de ter um imposto verde. Mas ao longo de seis anos esse imposto foi gasto em tudo menos na floresta, directamente. Nenhum banco empresta a um produtor para fazer floresta. E muito menos agora».

Para Nuno Calado, secretário-geral da União da Floresta Mediterrânica, afigura-se necessário reduzir o nível de financiamento da administração central e local, redefinir programa de apoios e reformular a gestão do fundo, através da criação de um sistema de informação e a criação de uma comissão de avaliação intercalar, «onde as organizações de produtores estejam representadas».

O último relatório de execução disponível do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca - remonta a 2010, com a análise dos dados de 2009. O dispositivo de prevenção florestal foi o item que arrecadou a maioria das verbas (75 por cento), seguido de longe pelo planeamento, gestão e intervenção florestal (13 por cento), sensibilização (11 por cento) e investigação e assistência técnica (2 por cento), sendo que os protocolos foram o meio preferencial dessa atribuição (46 por cento).

A sustentabilidade da floresta fica de fora das contas. 46 por cento dos pagamentos realizados foram aplicados em protocolos entre entidades públicas ou entre entidades públicas e privadas. A previsão inicial de receita do FFP era de 25 milhões de euros, tendo a previsão corrigida vindo a fixar-se em 65.8 milhões de euros, devido à integração do saldo de gerência do ano anterior. Considerando a receita cobrada e o montante de despesas pagas, o saldo de gerência de 2009 atingiu cerca de 40 milhões de euros.

Autor / Fonte

Diana Catarino